

Negociação se dá caso a caso

Depois de avaliar o resultado da votação do salário mínimo na Câmara na noite de quarta-feira, o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, começou a tirar suas conclusões sobre a situação do Governo no Congresso. De imediato Bornhausen sabe que cada projeto de interesse precisará de uma negociação exclusiva enquanto não conseguir um quadro partidário favorável.

A posição do PDC que na última hora decidiu retirar seu apoio ao Governo na votação do salário mínimo provocou reação imediata no gabinete do ministro Bornhausen. Um tenso encontro dos líderes do partido com o ministro no Palácio do Planalto terminou com Bornhausen comunicando ao deputado e líder Eduardo Siqueira Campos (TO) que a partir daquele momento não contava mais com os votos do partido.

Siqueira Campos fora ao Palá-

cio comunicar a Bornhausen que o PDC não daria seu apoio ao projeto de salário mínimo do Governo e reclamar que o partido se sentia "maltratado" pelo Executivo. Bornhausen lembrou ao deputado que o PDC recusou participar do ministério e completou seu pensamento com um duro recado: o Governo não vai negociar cargos por votos.

"Hoje não é dia de se negociar cargos. É dia de se votar. Não podemos falar em cargos num momento como esses", disse o ministro. O clima ficou bastante tenso no gabinete. Segundo assessores de Bornhausen se os deputados do PDC tivessem chegado a pedir claramente um cargo no segundo escalão teriam sido "colocados porta a fora".

Projetos — A experiência com a votação do projeto de salário mínimo serviu para o Governo estabelecer as próximas estratégias para os projetos prioritários. A Secretaria de Governo estabeleceu três desses projetos: concessão de serviços públicos, modernização dos portos e Advocacia Geral da União. A partir de amanhã o

ministro Bornhausen começa a trabalhar para a aprovação desses projetos.

O Governo vai trabalhar em cima do calendário de aprovação de projetos aprovado pela Câmara. Pelo calendário, os três projetos deverão estar aprovados até o final do mês de maio.

Ontem Bornhausen foi ao Congresso para fazer o que disse ter sido uma "visita de cortesia" ao líder do PMDB na Câmara, deputado Genebaldo Correia (BA). O líder do PMDB lamentou a aprovação do projeto do salário mínimo pela Câmara, mas ressaltou que a decisão da casa é soberana e deve ser respeitada. Na segunda-feira, Bornhausen reinicia suas conversas sobre a antecipação do plebiscito com o deputado Ulysses Guimarães. Os dois tomaram café da manhã juntos, ontem e querem chegar a um consenso para aprovar o projeto no Congresso. O assessor de imprensa de Bornhausen, Antônio Martins, informa que o ministro já tem um trabalho sobre o tema e está interessado na aprovação do plebiscito.